



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO

THALIA BANDEIRA FERREIRA ALBUQUERQUE

**AS IMPLICAÇÕES BIOPOLÍTICAS DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO
BRASIL**

Belém
2021

THALIA BANDEIRA FERREIRA ALBUQUERQUE

**AS IMPLICAÇÕES BIOPOLÍTICAS DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito para
obtenção de grau de Bacharela em Direito
pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Evandro
Santos Martins.

Belém
2021

THALIA BANDEIRA FERREIRA ALBUQUERQUE

**AS IMPLICAÇÕES BIOPOLÍTICAS DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso orientado pelo Prof. Dr. Ricardo Evandro Santos Martins, apresentado ao Curso de Bacharelado em Direito do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará, como requisito obrigatório para a conclusão de curso.

AVALIADA EM: ____/____/____

CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr. Ricardo Evandro Santos Martins
Orientador – UFPA

Prof. Dr.
Examinador Interno – UFPA

Prof.
Examinador Interno – UFPA

A Deus quem sempre me sustentou até aqui, a minha família e aos meus amigos, pela força e fé na minha capacidade de concluir um bom trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me agraciado com a oportunidade de entrar e cursar uma universidade pública, ainda mais, em uma tão renomada como a nossa Universidade Federal do Pará. Sinto-me honrada em ter feito parte de seu corpo de discentes, dando o melhor que podia a cada dia como universitária.

Agradeço aos meus pais, Waldener e Jucilene, bem como a minha tia Jucileia, os quais, direta e indiretamente, me ajudaram de forma constante para que eu pudesse me focar, quase que exclusivamente, aos estudos e à finalização do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço também ao Jean Aviz Alvarez, analista da 4ª Promotoria de Justiça de Família do Ministério Público do Pará, onde realizei meu estágio de aprendizagem por quase 02 anos, por todo o ensinamento técnico jurídico me passado com toda paciência existente, além da compreensão de lidar com uma estagiária extremamente curiosa e inquieta. Será difícil encontrar um chefe tão bom quanto ele foi para mim.

Agradeço ao meu professor e orientador Ricardo Evandro Santos Martins também por toda a paciência e compreensão comigo, muitas vezes facilitando e deixando da forma mais simples possível para que eu pudesse elaborar o meu trabalho sem muitas dificuldades. Agradeço-o por ter me dado a oportunidade de falar sobre um tema tão sério e tão necessário pelo qual a população brasileira está passando.

Agradeço do fundo do meu coração aos meus amigos que me ajudaram, me apoiaram, me deram forças, assinaram meu nome na lista de presença quando faltava as aulas para ficar em casa estudando, me deram carona de volta para a casa, almoçaram, riram e apresentaram seminários comigo, além de ter junto a mim segurado fortemente a barra durante esses 05 anos intensos de graduação, são eles: André Esteves, Bruce Pires, Cléber Santos, Mary Anne Brito e Pedro Viana.

RESUMO

É necessário e relevante o debate sobre as repercussões sócio-políticas da pandemia na sociedade brasileira, diante da inação do atual presidente Jair Messias Bolsonaro durante todo o período pandêmico e diante de seu total desdém ao grande número de mortos pela doença no país. Desse modo, torna-se necessário construir e elaborar uma pesquisa que entenda e explique à comunidade como essa crise sanitária de 2020 influencia diretamente a política, a economia e a sociedade brasileira da forma mais negativa possível. Nesse sentido, neste trabalho, serão analisadas e interpretadas as reflexões de diversos autores clássicos e modernos para entender a postura do Estado Brasileiro no combate a pandemia do Covid-19. Para tanto, a metodologia utilizada consistiu em pesquisa bibliográfica, cujos referenciais teóricos foram resenhas de livros e artigos de vários autores que tratam, no geral, dos conceitos de biopolítica e pandemia, tendo por base filósofos como Giorgio Agamben abordando de modo crítico sobre dispositivos biopolíticos e metrópole, Michel Foucault ensinando sobre biopoder e uso das epidemias como forma de controle social e Achille Mbembe, o qual trata sobre a necropolítica e a questão do racismo anti-negro diante da crise do vírus.

Palavras-chave: Biopolítica. Biopoder. Necropolítica. Pandemia. Racismo. Heterotopia. Estado suicidário.

ABSTRACT

The debate on the socio-political repercussions of the pandemic in Brazilian society is necessary and relevant, in the face of the inaction of the current president Jair Messias Bolsonaro throughout the pandemic period and in the face of his total disdain for the large number of deaths from the disease in the country. Thus, it becomes necessary to build and develop research that understands and explains to the community how this health crisis of 2020 directly influences Brazilian politics, the economy and society in the most negative way possible. In this sense, in this work, the reflections of several classic and modern authors will be analyzed and interpreted to understand the posture of the Brazilian State in combating the Covid-19 pandemic. To this end, the methodology used consisted of bibliographic research, whose theoretical references were reviews of books and articles by various authors that deal, in general, with the concepts of biopolitics and pandemic, based on philosophers such as Giorgio Agamben approaching critically about biopolitical devices and metropolis, Michel Foucault teaching about biopower and the use of epidemics as a form of social control and Achille Mbembe, who deals with necropolitics and the issue of anti-black racism in the face of the virus crisis.

Keywords: Biopolitics. Biopower. Necropolitics. Pandemic. Racism. Heterotopia. Suicidal state.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
2. CONCEITO DE BIOPOLÍTICA E DE NECROPOLÍTICA	10
2.1. A Biopolítica como instrumento de controle estatal sobre a população.....	10
2.2. A necropolítica de Achille Mbembe.....	12
3. A CRISE POLÍTICA DO CORONAVÍRUS NO BRASIL.....	14
3.1. A crise política durante a pandemia no brasil	14
3.2. As implicações biopolíticas da pandemia do coronavírus no brasil	17
3.3 A relação entre os dados dos números de mortos pelo coronavírus e o racismo antinegro.....	19
4. CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS	26

1. INTRODUÇÃO

É necessário e extremamente relevante o debate sobre as repercussões sócio-políticas da pandemia na sociedade brasileira, pois o Brasil passa por uma forte instabilidade política desde a posse do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, cuja atuação não se volta a medidas sociais, sanitárias e, muito menos, ambientais. Assim, sendo uma autoridade de extrema-direita que não se esforça para atender as demandas das regiões menos desenvolvidas do país e nem de grupos vulneráveis, como os negros, as mulheres e os índios e, sobretudo, que menospreza e que não atua de forma eficiente no combate a pandemia do Coronavírus, torna-se necessário construir e elaborar uma pesquisa que entenda e explique à comunidade como essa crise sanitária de 2020 influencia diretamente a política, a economia e a sociedade brasileira da forma mais negativa possível.

Nesse sentido, neste trabalho, serão analisadas e interpretadas as reflexões de diversos autores clássicos e modernos para entender a postura do Estado Brasileiro no combate a pandemia do Covid-19.

No primeiro capítulo, serão analisados, na primeira sessão, os conceitos de biopolítica por Michael Foucault e de dispositivos biopolíticos por Giorgio Agambem, os quais se relacionam diretamente, tornando-se instrumentos de poder do Estado para controlar a população, restringindo suas liberdades individuais e suspendendo direitos e de mecanismos biopolíticos, como a própria segurança. Na segunda sessão, serão explorados os conceitos de necropolítica e de soberania por Achille Mbembe, com o intuito de mostrar como o poder dado ao Estado de estabelecer quem deve ou não morrer baseado no racismo é extremamente cruel e perigoso, sendo, no Brasil, essa prática potencializada pelos discursos extremistas do Presidente da República.

No segundo capítulo, em sua primeira sessão, será descrito, de forma breve, o perfil do atual Presidente da República, com suas posturas políticas e o teor de seus discursos, além do cenário político que estava instaurado no momento em que a pandemia surgiu no país. Na segunda sessão, serão analisadas as implicações biopolíticas do surto viral no contexto brasileiro a partir de perspectivas de Vladimir Safatle ao afirmar que o Brasil se tornou um estado suicidário, onde o sacrifício da morte das pessoas pela doença é justificado caso seja para salvar a economia. Já na terceira e última sessão, serão analisados e interpretados os dados dos números

de mortos pelo Covid-19 no país, a fim de entender o motivo da maioria dos mortos serem pessoas pretas e de baixa renda, oriundas em grande parte de comunidades periféricas.

Portanto, tem-se como relevância jurídica a possível afronta a princípios basilares do direito, como o direito à vida, à igualdade, à saúde quando o Estado passa a ter uma função assassina, permitindo que pessoas selecionadas com base na raça morram, enquanto ele investe recursos para que a economia não pare, ferindo, assim, o princípio da dignidade da pessoa humana. Ademais, a relevância acadêmica da pesquisa encontra-se no debate necessário sobre os potenciais prejuízos ao Estado Democrático de Direito ao passo que o governo menospreza as vítimas do vírus, ofende grupos minoritários, os trata como descartáveis e permite que essas pessoas morram sem qualquer assistência adequada.

Por fim, a relevância social da pesquisa a ser apresentada está na repercussão em que a postura apresentada pelo Presidente da República afeta a população brasileira, na medida em que as questões sociais na pandemia são ignoradas, enquanto a economia é colocada como prioridade pelo governo. Desse modo, a pesquisa possui como termo central a seguinte pergunta: “Quais as implicações biopolíticas da pandemia do Coronavírus no Brasil?”.

Assim, tem-se como objetivo geral explicar as consequências sociais, econômicas e políticas da pandemia do Coronavírus no contexto brasileiro, abordando como se dá o controle biopolítico da população por meio da decretação do estado de exceção, a intensificação da desigualdade social e racial no acesso à saúde pública, como os dispositivos políticos podem ser usados para ter um poder de controle total sobre as pessoas, bem como o funcionamento constante do sistema econômico passa a ser prioridade ao invés da vida das pessoas.

Para tanto, a metodologia utilizada consistiu em pesquisa bibliográfica, cujos referenciais teóricos foram resenhas de livros e artigos de vários autores que tratam, no geral, dos conceitos de biopolítica e pandemia, tendo por base filósofos como Giorgio Agamben abordando de modo crítico sobre dispositivos biopolíticos e metrópole, Michel Foucault ensinando sobre biopoder e uso das epidemias como forma de controle social e Achille Mbembe, o qual trata sobre a necropolítica e a questão do racismo antinegro diante da crise do vírus.

2. CONCEITO DE BIOPOLÍTICA E DE NECROPOLÍTICA

2.1. A Biopolítica como instrumento de controle estatal sobre a população

O surgimento da pandemia do Coronavírus no ano de 2020 comprovou o quanto o capitalismo ainda é a forte base das relações sociais, econômicas e políticas no mundo todo, além de mostrar o seu lado mais perverso diante de uma crise sanitária. Nesse contexto, tem-se o sentido de biopolítica dado por diversos estudiosos, dentre eles, Maurizio Lazzarato, o qual entende que ela está estritamente ligada ao capital, pois se tornou uma articulação da máquina do capitalismo, perdendo completamente a essência de seu conceito. Nesse sentido, o estado de exceção acaba sendo moldado pelo lucro, uma vez que tanto ele quanto o estado de direito estão subordinados a ele (2020, p. 17)

Nesse seguimento, Giorgio Agamben aborda sobre os dispositivos biopolíticos para conceituar a metrópole. Para ele, esses dispositivos tomam o lugar da cidade quando o poder se torna a forma de governo dos homens e das coisas, formando, assim, a metrópole. Logo, no atual contexto de pandemia, eles são usados pelos governantes como instrumentos para controlar a população e fundamentar medidas de exceção (2020). Isso porque, quando o Brasil decretou estado de exceção por calamidade pública, tal medida outorgou poderes especiais aos chefes de cada ente da federação para agir de forma “soberana” a fim de amenizar a crise. Entretanto, o problema mostrou-se quando os governados ficaram extremamente dependentes das decisões arbitrárias dessas autoridades, tendo a sua liberdade de locomoção tolhida e sendo coagidos a permanecer em casa por força de agentes da segurança pública, como ocorreu na Espanha e Itália, onde o Exército foi convocado para fazer patrulhas nas ruas.

Essas medidas de controle dos movimentos da população diante de uma pandemia remetem ao ensinamento de Michel Foucault na *Aula de 15 de Janeiro de 1975* da obra *Os anormais*, em que relata o paradigma adotado pelas autoridades para controlar a Peste Negra e os pestilentos, no qual se limitava a liberdade dos doentes por meio da quarentena. Nesse modelo, os doentes ficavam enclausurados em suas casas, sem liberdade de ir e vir, sendo rigorosamente vigiados por médicos e soldados que ficavam a postos em cada rua das cidades. Isso acarretava em uma grande pirâmide do poder ininterrupta. Tal modelo de controle foi chamado por Foucault de “invenção de tecnologias positivas do poder”, já que esse paradigma da

peste é uma reação positiva, pois consiste na inclusão, na observação dos indivíduos, na intensificação do poder político pelo acúmulo de observação e de conhecimentos adquiridos decorrente dela, ao invés de um modelo que rejeita e exclui os enfermos (2001, p. 59). Logo, chega-se à conclusão de que as epidemias ocorridas na Idade Média, como a Peste Negra, foram verdadeiros experimentos que ajudaram a formular técnicas médicas para controlar os doentes, as quais depois se tornaram técnicas políticas para controlar a população por meio de dispositivos biopolíticos, como a segurança.

Para Agamben, há uma grande proliferação de dispositivos que controlam e modelam o sujeito quando esse poder se torna a forma de governo de um povo, derivando disso, o que seria a metrópole nos dias de hoje, onde há o fenômeno da “despolitização” em que já não se pode mais saber o que é público ou privado. Nesse contexto, os dispositivos são os processos de subjetivação que resultam da ligação entre eles e os indivíduos. Para o autor, somente quando os indivíduos penetrassem em tais processos de subjetivação, é que seria possível um confronto com os dispositivos para que pudesse ser atingida a “ingovernabilidade” (2020).

Diante disso, pode-se concluir que biopolítica é o poder que regula os indivíduos em sociedade enquanto que o biopoder está aliado aos dispositivos que administram e controlam as populações por meio do saber. O biopoder atua na saúde, na higiene, na alimentação, na sexualidade, na cultura e nos costumes de um povo, a partir do momento em que essas áreas se tornam preocupações políticas. Logo, todo e qualquer saber (como a Biologia, a Matemática e a Economia) passa a visar controlar fenômenos sociais, a exemplo de aglomerações urbanas, epidemias, transformações dos espaços públicos, a economia e a própria organização das cidades.

Com isso, as sociedades modernas tornam-se estruturadas de formas semelhantes política e economicamente, sem, no entanto, acabar com os seus conflitos. A ideia de controle de corpos apontada por Foucault, purificação da população e supremacia de um grupo sob outro passam a ser amplamente aceitas com base nos discursos do Estado, mostrando a crueldade humana sem precedentes, a exemplo do nazismo. Por isso, tais discursos, juntamente com os dispositivos biopolíticos, são verdadeiros instrumentos de poder que impõe condutas

e valida políticas, sendo necessário ter cuidado para que não legitimem práticas cruéis e desumanas e reforcem discriminações, segregações e extermínios.

2.2. A necropolítica de Achille Mbembe

Abembe reflete sobre a política da morte baseado na perspectiva da soberania. Inicialmente, ele a conceitua como a produção de normas gerais por um povo formado por homens e mulheres iguais e livres, dotados de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação. Nesse seguimento, a soberania baseia-se na ideia de que o homem é o seu principal controlador. Por isso, ela é como um duplo processo de “autoinstituição” e “autolimitação”, que define em si seus próprios limites. O seu exercício está na capacidade da sociedade para a autocriação pelo recurso às instituições inspirado por significações específicas sociais e imaginárias (2016, p. 3).

Entretanto, o autor aponta que o problema está com as formas de soberania cujo objetivo não é prezar pela autonomia, mas instrumentar generalizadamente a existência humana e a destruição material de populações. Nesse sentido, tem-se a ideia da soberania como um direito de matar (2016, p. 4). Abembe relaciona a noção de biopoder estabelecida por Foucault a outros dois conceitos, quais são: o estado de exceção e o estado de sítio. Em sua visão, o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar, ou seja, tal estado passa a ser uma escusa contínua para que o poder use de medidas emergenciais e crie a noção ficcional de um inimigo (2016, p. 7).

O autor reformula a ideia de Foucault afirmando que o biopoder funciona mediante a divisão entre pessoas que devem viver e que devem morrer. Esse poder distribui a espécie humana em grupos, subgrupos e estabelece uma censura biológica entre eles, denominado por Foucault de “racismo” (2016, p.7). Nesse contexto, conforme afirma Mbembe, a raça sempre foi presente no pensamento e na política do Ocidente, principalmente quando ela estava ligada ao sentido de dominar ou excluir os povos estrangeiros. A política da raça está ligada à política da morte. Logo, o autor explica que o racismo se destina ao exercício do poder soberano de morte, regulando a distribuição dela e tornando possível as funções assassinas do Estado (2016, p. 7).

O filósofo camaronês, para melhor explicar sobre a dinâmica da necropolítica e da soberania, recorre ao sistema colonial para abordar sobre o tratamento dado a esses territórios explorados e submissos. Ele explica que as colônias se tornam semelhantes às fronteiras, habitadas por “selvagens”, onde não há organização estatal e nem respeito mútuo entre os sujeitos. Nesse sentido, esses espaços coloniais são o cenário perfeito para suspender direitos, controlar garantias judiciais, usando, assim, da justificativa do uso do estado de exceção para civilizar esses locais. Desse modo, o direito de matar não se subordina a nenhuma norma legal ou institucional nas colônias, uma vez que se pode matar em qualquer momento e de qualquer modo (MBEMBE, 2016, p 12)

Nesse sistema social, a soberania é usada como instrumento para definir quais vidas importam ou não. Isso porque a ocupação colonial contemporânea é a junção de vários poderes: o disciplinar, o biopolítico e o necropolítico, o que possibilita ao Estado colonizador a dominação absoluta sobre os habitantes da colônia. O “estado de sítio”, uma instituição militar, permite a prática de crimes na qual não se faz diferenciação entre inimigo interno e externo, uma vez que populações inteiras são alvos do governo soberano. Vilas e cidades são isoladas do mundo com seus comandantes militares livres para agir de forma totalmente discricionária. Instituições civis locais são destruídas e a população sitiada privada de seus próprios meios de renda, somado com as mortes à céu aberto e com aquelas invisíveis (MBEMBE, 2016, p. 16).

Logo, o que Mbembe quis explicar é que o Estado, ao invés de usar a soberania para estabelecer limites entre os direitos, a violência e a morte, a usa para potencializar um discurso que cria zonas de morte, como acontece na Palestina e em alguns lugares da África, onde a morte é o último e, talvez, o mais importante exercício de dominação, criando um estado de terror. As pessoas que morrem nesses lugares são geralmente divididas por questões biológicas baseadas no racismo.

Em outras palavras, o governo usa a desculpa de que esses grupos são inimigos do Estado e, com as suas mortes, a violência cessará, tornando-se um verdadeiro mecanismo de segurança. Nesse sentido, o estado de exceção também é usado para justificar o extermínio de grupos considerados inimigos. Assim, chega-se à conclusão que necropolítica é a prerrogativa de dizer quem pode morrer e

quem não pode, oriunda do biopoder e dos dispositivos biopolíticos de controle da população, que se torna aceitável quando ele é usado contra determinado grupos definidos em um parâmetro de raça.

3. A CRISE POLÍTICA DO CORONAVÍRUS NO BRASIL

3.1. A crise política durante a pandemia no Brasil

Antes de esclarecer o estado do cenário político no Brasil durante a pandemia, é preciso abordar brevemente a respeito da autoridade do poder executivo da União que exercia essa função até o começo do contágio do vírus. Jair Messias Bolsonaro “é ex-Capitão do Exército e foi deputado federal de 1991 até 2019” (CÂMARA LEGISLATIVA, 2020) quando renunciou ao mandato para tomar posse como o 38º Presidente da República Federativa do Brasil em 1º de janeiro de 2019.

Assim que assumiu a presidência, a crise política interna que já existia, intensificou-se de forma exponencial. Isso porque o governante de extrema-direita, declaradamente conservador e apoiador de ditaduras militares, usa de um discurso, desde a sua campanha eleitoral, meritocrático, militarista, neoliberal, apoiador da armamentização da população brasileira, no qual negligencia problemas sociais e ambientais, menospreza as causas de grupos vulneráveis, subestima a pandemia do Coronavírus alegando em entrevistas que tudo não passa de uma mera “gripezinha” e contraria veemente as posturas adotadas por governadores estaduais no que tange às medidas de exceção como o “lockdown”.

No entanto, é preciso entender que, diferentemente do que defende Foucault e Agambem em suas reflexões sobre o uso de medidas emergenciais como instrumento para controlar e limitar liberdades individuais da população, os motivos por trás da postura do atual presidente do Brasil em nada relaciona-se com a busca de preservar garantias fundamentais dos cidadãos brasileiros. Segundo Ricardo Martins, o único medo do governo Bolsonaro é que essas medidas de exceção inviabilizem o exercício do capitalismo neoliberal, conforme a seguinte análise:

É preciso ir mais afundo na singularidade política e histórica brasileira. Sobre isto, posso iniciar minha argumentação em favor da hipótese de que: contrariamente do que discursa o governo Bolsonaro, não há temor das restrições das liberdades individuais que poderiam ser causadas pelo isolamento social, enquanto medida excepcional tomada pelos governos estaduais brasileiro, nem há temor de uma real ameaça comunista, que implementaria no Brasil uma ditadura; o que se teme é tão-somente a inviabilização do capitalismo na sua versão neoliberal, e, mais especificamente, do modo de governo neoliberal que Bolsonaro tenta exercer (MARTINS, 2020, p. 5).

Para o Ricardo Martins, ao ser contrário às medidas de isolamento adotadas nos estados, seu único interesse é não ter prejuízos para o balanço comercial e para o PIB do ano de 2020, pouco se importando em retomar o direito de liberdade, segundo o que dispõe:

O que mais se teme com o isolamento social no Brasil é o déficit econômico grave, que pode nos levar à depressão econômica. Isto aparentemente poderia ser uma preocupação legítima, pois uma grave crise econômica geraria certamente impactos sociais terríveis na vida dos brasileiros. Contudo, é preciso destacar, aqui, que não é esta a maior preocupação do atual governo federal brasileiro. Em verdade, hoje, na elaboração deste ensaio, no final do mês de abril de 2020, mesmo com a grave subnotificação, o número de mortes notificadas já superou o número chinês, onde a pandemia se iniciou. E isto se dá sem ainda o Brasil ter chegado no pico da curva de contágio. Trago estes dados para mostrar que no cálculo da agenda neoliberal de Bolsonaro o isolamento social poderá ser muito pior do que o número alto de mortes por Coronavírus. O que quero dizer é que a defesa pelo relaxamento do isolamento social da população brasileira não tem como objetivo principal a retomada do direito de liberdade, pois o objetivo é não se ter mais prejuízos para a balança comercial e para o PIB deste ano (MARTINS, 2020, p. 5).

Entretanto, para entender como se dá o governo Bolsonaro durante a pandemia fundado em interesses neoliberais e puramente econômicos e, principalmente, entender a postura omissa adotada pelo Presidente no combate ao vírus, é preciso recorrer às reflexões de Pierre Dardot e Christian Laval, professor de sociologia e filósofo, respectivamente, os quais argumentam que o comportamento dos Estados, e, no caso do Brasil, do próprio Presidente, de não seguirem às recomendações da Organização Mundial de Saúde e sua inação perante a pandemia pode ser justificado pela escolha em não parar a economia e mantê-la funcionando até o máximo de tempo possível, uma vez que algumas autoridades políticas tomaram decisões de acordo com o que se via no dia a dia e não baseadas em previsões já conhecidas. Apesar disso, a partir do mês de março, a atitude dos governantes até que foram mudando e o isolamento social foi sendo intensificado, porém já era tarde demais (DARDOT; LAVAL, 2020).

Dardot e Laval vem apresentar o conceito de “governança eficiente”, na qual as pessoas são livres para fazer suas escolhas, sem nenhuma obrigação estatal, sendo somente encorajados a tomar as decisões corretas de forma opcional, agradável e suave, conforme explicam os autores:

É aqui se vê a influência muito prejudicial da Economia Comportamental e da “teoria do cutucão” nas decisões políticas . Agora sabemos que a “*nudge unit*”, órgão que aconselha o governo britânico, conseguiu impor a teoria segundo a qual os indivíduos fortemente constrangidos por medidas severas cansariam e relaxariam a sua disciplina no momento em que ela seria mais necessária, ou seja, quando o pico da epidemia fosse atingido. Desde 2010, a abordagem econômica de Richard Thaler, exposta em seu livro *Nudge*, tem inspirado a “governança eficiente” do Estado. Ela consiste em encorajar os indivíduos, sem forçá-los, “ajudando-os” na tomada de decisões corretas, ou seja, por meio de influências suaves, indiretas, agradáveis e opcionais, já que os indivíduos devem permanecer livre para fazer as suas escolhas (DARDOT; LAVAL, 2020).

Os autores também abordam sobre o “paternalismo libertário”, o qual acabou por criar dois sentimentos nos indivíduos: a rejeição à coerção estatal e a confiança nos “gestos de contenção”, como lavar as mãos, permanecer distante fisicamente, só se a pessoa quiser. No entanto, esse modelo de governança era perigoso, pois não havia estudos ou dados científicos que comprovassem a sua eficiência na pandemia, cujo resultado, depois, foi detectado como um fracasso (DARDOT; LAVAL, 2020).

Em uma última observação, apontam a verdadeira contradição na atuação dos Estados, na medida em que alegam a falta de orçamento para leitos e para o aumento da quantidade de hospitais, porém há a ajuda financeira para as empresas privadas (DARDOT; LAVAL, 2020).

Nesse sentido, ao trazer esses conceitos e reflexões para o cenário do governo brasileiro, pode-se afirmar que o Presidente Bolsonaro, indiretamente, quis colocar em prática uma governança eficiente, sem que houvesse medidas de segurança como isolamento, distanciamento e “lockdown” propostas de forma obrigatória pelo Estado, pois, na visão dele, conforme reportagem da BBC NEWS Brasil (2020), não era necessário que a população entrasse em pânico, vez que o vírus estava sendo superdimensionado. Porém, isso tudo é justificado pelo seu verdadeiro objetivo em não parar a economia até onde conseguisse mesmo diante de uma pandemia.

Além disso, o sentimento de rejeição à coerção estatal e confiança somente nos “gestos de contenção” que Dardot e Laval explicam, é visto em pessoas (e

parlamentares) que seguem fielmente os discursos ditados pelo Presidente e passam a se posicionar de forma contrária a qualquer medida de segurança imposta pelos governadores estaduais, a exemplo de Congressistas que comemoraram o fim do “lockdown” no estado do Amazonas entre o período das festas de fim de ano, conforme reportagem do Brasil de Fato (2020).

Para Maurizio Lazzarato, os capitalistas não governam pensando na população, e sim, pensando em termos de classes, com o Estado à mercê desses controladores do poder, gerenciando apenas os dispositivos biopolíticos (2020, p. 9)

Os malefícios desse sistema se revelam com a “transferência de recursos” e concentração no domínio de poucos, além da permanência no circuito financeiro ou paraísos fiscais, enquanto os profissionais de saúde trabalham na linha de frente sem segurança, sem máscaras, nem material suficiente (LAZZARATO, 2020, p. 10).

Assim, pode-se dizer que a população brasileira, ao ficar à mercê do governo federal e de sua inação diante de uma pandemia, teve seus profissionais de saúde, como enfermeiros, técnicos de enfermagem, médicos e agentes de serviços de limpeza hospitalar trabalhando incessantemente durante todo o período crítico da pandemia, enquanto recursos que deveriam ser direcionados às questões sociais e de saúde, eram transferidos para a economia e empresas privadas.

3.2. As implicações biopolíticas da pandemia do coronavírus no Brasil

É preciso investigar quais as implicações biopolíticas da pandemia do Coronavírus no contexto brasileiro. Isso porque a atuação e a postura do atual Presidente da República, principalmente no que tange ao seu regime inclinado ao fascismo, foram primordiais para as consequências que hoje se instauraram.

Nesse contexto, é fundamental que recorremos à Vladimir Safatle quando afirma que todas as pessoas são partes de um experimento de tecnologia social, chamado de “estado suicidário” (2020, p. 1). Este é conceituado por Paul Virilio (1993) como o desfecho do Estado que prioriza o desenvolvimento econômico em detrimento de outras questões que compõem a sociedade. Ele é suicida pois acaba com todo os seus recursos naturais e humanos sob a justificativa do aumento da produção e do consumo para satisfazer o mercado neoliberal. Para Safatle, o Brasil já começou uma tentativa de implementá-lo nos modelos de gestão inerentes ao neoliberalismo. Nesse sentido, para o autor, o Brasil terminará em uma situação ruim

com muitas mortes e com uma grande violência estatal, a exemplo da Alemanha de Adolf Hitler (2020, p. 1).

Nessa perspectiva, o fascismo no Brasil encontrou na pandemia uma forma de ignorar seus inimigos e as perseguições políticas e aceitar a morte generalizada. Não é um fascismo tradicional, e sim, um que age quando vê seu fim. A lógica desse estado suicidário brasileiro é não deixar a economia parar, ainda que milhares de pessoas e trabalhadores venham a morrer durante essa crise sanitária, pois tal estado é permeado de sacrifícios, nos quais aqueles que pagam por eles são os mesmos de sempre, conforme explica Safatle:

É claro que séculos de necropolítica deram ao Estado brasileiro certas habilidades. Ele sabe que um dos segredos do jogo é fazer desaparecer os corpos. Você retira números de circulação, questiona dados, joga mortos por corona vírus em outra rubrica, abre covas em lugares invisíveis. Bolsonaro e seus amigos vindos dos porões da ditadura militar sabem como operar com essa lógica. Ou seja, a velha arte de gerir o desaparecimento que o Estado brasileiro sabe fazer tão bem. De toda forma, there is no alternative. Esse era o preço a pagar para que a economia não parasse, para que os empregos fossem garantidos. Alguém tinha que pagar pelo sacrifício. A única coisa engraçada é que sempre são os mesmos quem pagam. A verdadeira questão é outra, a saber: Quem nunca paga pelo sacrifício enquanto prega o evangelho espúrio do açoite? (2020, p. 4).

Para o autor, o estado brasileiro mostrou ser uma guerra civil não declarada, cujo exército sempre serviu contra os próprios cidadãos, fenômeno este chamado de “contrarrevolução preventiva”. Essa contrarrevolução ocorreu e ainda ocorre por meio de genocídios, massacres, pistolagens, totalmente aprovados por grande parte da população a qual ainda está ligada a uma ideia de sacrifício próprio e dos outros (2020, p. 5).

A pandemia do Coronavírus só mostrou de forma clara o viés fascista em que está inclinado o atual Estado brasileiro com Jair Bolsonaro em seu comando, pois, além de o presidente usar da necropolítica para decidir quem vive ou quem morre, ele administra sua própria catástrofe, conforme demonstra Safatle:

O fascismo brasileiro, em seu nome Bolsonaro, encontrou uma catástrofe para chamar de sua. Ela veio sob a forma de uma pandemia, que exigiria da vontade soberana a construção de uma ação coletiva e de uma solidariedade genérica que não deixasse corpos sacrificados pelo caminho. “[...] não se trata de um estado autoritário clássico que usa da violência para destruir inimigos. Trata-se de um estado suicidário de tipo fascista que só encontra sua força quando testa sua vontade diante do fim (2020, p. 3).

Exemplo disso é quando o político usa de discursos negacionistas, com críticas ao isolamento social ou, até mesmo, com sentimento de desdém ao número

de mortos no país, conforme entrevista dada à imprensa e veiculada pelo Portal G1 (2020), mostrando que, para ele, as pessoas atingidas e mortas pelo vírus, em sua maioria idosos, trabalhadores informais e pessoas de baixa renda, não têm importância, pois a prioridade é não deixar a economia parar, preferindo, assim, criar uma morte generalizada e fazendo do Brasil um verdadeiro estado suicidário que reflete Safatle.

Além disso, apesar do presidente Jair Bolsonaro possuir um discurso neoliberal, suas atitudes necropolíticas incidem na verdadeira inação da referida autoridade com as medidas de liberação total em relação aos protocolos de segurança e ao isolamento social, de modo a enfraquecer o combate ao Covid-19 no Brasil. Isso é uma grande contradição à perspectiva da Agambem quando afirma que a Itália adotou uma postura autoritária em relação às medidas de restrição, mostrando que, apesar de cada país adotar posturas distintas, governos que negligenciam a pandemia também podem ser necropolíticos por meio do estado de exceção. E o Brasil é um deles.

3.3 A relação entre os dados dos números de mortos pelo coronavírus e o racismo antinegro

É preciso analisar como os dados dos números de mortes pela Covid-19 no Brasil estão intrinsecamente ligados à necropolítica e à ideia de seleção biológica da população com base na raça estabelecida por Foucault.

De acordo com o Boletim Epidemiológico do Coronavírus de nº 16 disponibilizado pelo Ministério da Saúde, no dia 18 de maio de 2020, no auge da contaminação do vírus no Brasil, em sua página 25, tem-se a distribuição das hospitalizações por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) por Covid-19 em raça/cor, no qual mostra que 51,4% delas ocorreram entre pessoas de raça/cor branca, 39,7% entre pessoas de raça/cor parda e 7,0% de cor preta. Por outro lado, ao analisar a página 29 do citado Boletim, observa-se que, no que tange aos óbitos de SRAG por Covid-19, diferentemente das hospitalizações, os dados passam a ser diferentes.

Nesse sentido, tem-se o número de óbitos em cerca de 47,3% para a raça/cor parda, 43,1% para a raça/cor branca e 7,5% para a cor preta. Isso nos mostra que pessoas pretas e pardas foram a maioria em números de mortos pelo

Coronavírus no Brasil no pico da pandemia. Isso pode ser justificado pelo fato de que a maioria delas são pessoas de baixas rendas e de comunidades periféricas, além de serem apontadas como verdadeiros inimigos do governo atual e serem excluídas de todo o âmbito político do presidente Jair Bolsonaro.

Nesse sentido, mostra-se claramente que, no Brasil, a necropolítica exercida de forma escancarada pelo governo já havia pré-definido quem era a raça que poderia morrer de forma generalizada com base num racismo pré-existente. A pandemia só veio confirmar isso. Não se pode esquecer, entretanto, que os pretos e pardos são, em sua maioria, a massa trabalhadora que não pôde parar de trabalhar nem mesmo durante a pandemia, sob o risco de perder o emprego. São pessoas que vivem na periferia, mas que são a verdadeira mão-de-obra dos centros urbanos, trabalhando de forma irrefreável porque a economia, segundo a lógica do governo Bolsonaro, não pode parar. Slavoj Žižek usa o termo “classe geo-social”, cunhado por Bruno Latour e Nikolaj Schukltz, para designar essa classe trabalhadora.

O autor explica que, ao contrário do sentido marxista, esses trabalhadores não produzem para os donos dos meios de produção, pois a exploração está na forma em que os empregados se relacionam com as suas condições de vida. Eles são explorados, por exemplo, quando seus territórios são usados para a extração mineral, para a exportação, privando-os de acesso pleno ao seu próprio espaço, o que obsta a manutenção de seus modos de vida. Desse modo, com a pandemia, pôde-se perceber que a maioria dos mortos pelo covid-19 continuaram trabalhando, mesmo com algumas fábricas fechadas, e sendo super explorados, não só no seu trabalho, como na sua própria existência (ŽIZEK, 2020).

Para Lazzarato, no capitalismo, os seres humanos são submetidos a uma lógica contábil que ordena a saúde pública decidindo, assim, quem deve morrer ou não. Já com a vida dos seres não humanos, o capital, simplesmente, a supera com a extinção de suas espécies. Tanto os seres humanos como os não humanos são vistos apenas como investimentos e fontes de lucros, segundo o pensamento do autor:

O capitalismo contemporâneo generaliza a guerra contra os vivos, mas o faz desde o início da sua história, porque eles são o objeto da sua exploração, e para explorá-los, deve subjugar-los. A vida dos humanos, como todos podem contestar, deve submeter-se à lógica contábil que organiza a saúde pública e decide quem vive e quem morre. A vida dos não humanos se encontra nas mesmas condições porque a acumulação de capital é infinita e se o ser vivente, com a sua finitude, constitui um limite à sua expansão, o capital o afronta, como todos os outros limites que

encontra, superando-o. Esta superação implica, necessariamente, na extinção de cada espécie (2020, p. 13).

Nessa lógica da divisão da população com base no racismo, Mbembe afirma que ele pode ser muito pior que um vírus, uma vez que consome corpos e vidas que são reservadas como “matérias primas” que não podem ser dispensadas, mas sim, destruídas sem qualquer motivo aparente. O racismo, muitas vezes, não é tão evidente e usa de comentários inofensivos para se velar. Ele funciona por meio da suspeita e da imputação, como quando se faz um comentário, imputa-se uma falsa acusação, impede-se o outro de falar em seu nome e, conseqüentemente, a negação da sua humanidade unicamente devido a sua cor de pele. Todos esses atos do racismo são justificados como “acidentes”, os quais não param nunca de repetirem-se, pois fazem parte de uma estrutura (Mbembe, 2020, p. 2).

No contexto brasileiro, encontramos esse pensamento nos discursos do Presidente da República quando se refere a negros e quilombolas com termos pejorativos, justificados, não como acidente, mas como “piada e bom humor”, o que só evidencia a sua tentativa de colocá-los sempre como inimigos do Estado e do povo, insinuando que são selvagens como os habitantes das colônias ensinados por Mbembe ao chamá-los de “vagabundos e preguiçosos”, totalmente desprovidos de civilização. Desse modo, legitimar as suas mortes seriam a solução ideal para o cessamento da violência no país e a restauração da paz.

Quando se fala que a maioria dos mortos pelo vírus são negros e pardos, em grande parte provenientes de comunidades periféricas e de baixa renda, recorremos à reflexão de Ana Kiffer ao tratar sobre as heterotopias. Segundo a autora, heterotopias são verdadeiros contra espaços, lugares restritos diferentes dos demais, constituídos por sociedades classificadas a partir do tipo dessa heterotopia. A relação metrópole-colônia, na modernidade, determina as novas heterotopias e seus desvios (KIFFER, 2020, p. 9).

Nessa lógica, Kiffer supõe que as favelas no Brasil são exemplos de heterotopia, vez que são espaços desenvolvidos durante a época colonial e, até hoje, herdadas heranças desse regime. Elas são espaços onde os marginais são tidos como heróis, onde é ponto turístico para a exploração sexual, onde o tráfico de drogas é “legalizado”, o qual cria um contra espaço com lei própria. Nesses lugares onde as pessoas vivem de forma absurdamente precária, sem saneamento básico e sem acesso a tratamento de saúde digno, servem apenas como local de morte e

extermínio. Nas favelas, o Estado nunca possuiu prioridade em incorporar ou implementar políticas públicas, além de não se preocupar com o fato de que a maioria dos moradores são a massa trabalhadora dos grandes centros urbanos do país, em sua maioria pobre e preta. Esse desprezo e controle sobre os corpos são a marca política das sociedades ocidentais, as quais listam os desviantes, os transgressores, os indesejáveis e os descartáveis (KIFFER, 2020, p. 09-10).

Diante disso, pode-se afirmar que, pelo fato de as favelas serem verdadeiras heterotopias, a comunidade negra e periférica é a mais atingida com o surgimento da pandemia do Coronavírus, sendo mais uma justificativa para elas estarem no topo da lista do número de mortos pelo vírus. Isso porque esses espaços não possuem nenhuma assistência do Estado, onde seus moradores atacados pelo vírus morrem facilmente face a ausência de tratamento hospitalar digno, muitos deles não possuindo planos de saúde, ficando a mercê do Sistema Único de Saúde.

4. CONCLUSÃO

Objetivou-se, com o presente trabalho, explorar e analisar os conceitos de biopolítica, de necropolítica e de biopoder elaborados por autores como Michael Foucault e Achille Mbembe, além das questões neoliberais, capitalistas e raciais e entender como eles são aplicados e se fazem presentes ao contexto pandêmico brasileiro.

Para isso, no primeiro capítulo, abordou-se os conceitos de biopolítica desenvolvidos por Foucault e Agambem, mostrando como os dispositivos biopolíticos são usados pelo Estado como um instrumento de controle da população, regulando as mais diversas áreas da sociedade, como cultura, costumes e saúde. Nessa lógica, a ideia de controle sobre os corpos e purificação da população é amplamente aceita pela sociedade com base em discursos cruéis e discriminatórios do Estado, a exemplo dos discursos do Presidente da República.

Além disso, nesse capítulo estudou-se sobre a necropolítica e a soberania sob o ponto de vista de Mbembe, no qual o autor explica que o Estado usa da soberania, não para resguardar direitos e garantias fundamentais da população, e sim, potencializar um discurso que cria zonas de morte, pois esta é o verdadeiro exercício de dominação. Desse modo, o governo divide a população em grupos e sob grupos baseado na raça e decide quem desses grupos devem morrer ou não, pois, segundo sua lógica, aqueles que morrem são inimigos do Estado e apenas isso fará cessar a violência. Ademais, o estado de exceção é usado como justificativa para o poder estatal suspender direitos e garantias dos cidadãos e, assim, justificar as mortes generalizadas desses grupos inimigos.

No segundo capítulo, em sua primeira seção, foi apresentado o quadro político que havia se instaurado no Brasil com a posse de Jair Bolsonaro em 2019 na Presidência da República. Com postura de extrema-direita, discursos discriminatórios, segregantes e neoliberais, o Presidente sempre se mostrou totalmente contrário a qualquer medida de isolamento social e de combate ao vírus. No entanto, suas reais intenções nunca foram resguardar os direitos e liberdades individuais dos brasileiros, e sim, segundo Ricardo Martins, não deixar que essas medidas coercitivas interferissem negativamente na economia do país. A única preocupação do político era não ter nenhum prejuízo no balanço comercial e no PIB do ano de 2020. Desse modo, nessa seção, pôde-se concluir que, na pandemia,

diversas pessoas como os profissionais de saúde tiveram que trabalhar incessantemente, enquanto recursos, que deveriam ser destinados às questões sociais e de saúde, foram transferidos para as empresas privadas sob a justificativa de que a economia não podia parar.

Na segunda seção, investigou-se quais foram as implicações biopolíticas da pandemia do Coronavírus no Brasil, diante da postura do atual Presidente e de seu regime de governo inclinado ao fascismo. Para isso, foi necessário interpretar sobre o “estado suicidário” de Vladimir Safatle, em que o autor alega que o Brasil já tentou implementá-lo nos modelos de gestão inerentes ao neoliberalismo, no que pode acarretar uma situação ruim com muitas mortes e com grande violência estatal.

Nesse sentido, a pandemia só confirmou e externalizou o viés fascista em que está inclinado o país na gestão de Jair Bolsonaro, pois além de ele usar a necropolítica para decidir quem deve viver ou morrer, ele administra sua própria catástrofe. Desse modo, nessa sessão concluiu-se que o Presidente, quando usa de discursos negacionistas, com duras críticas às medidas emergenciais de combate ao vírus e total desinteresse no número de mortos, mostra que essas pessoas vítimas do Covid-19 não possuem importância alguma, uma vez que a prioridade sempre será tentar manter a economia funcionando sem parar, ainda que, para isso, seja criada uma morte generalizada na população brasileira, fazendo do país um verdadeiro estado suicidário.

Na terceira e última sessão, analisou-se os dados dos números de mortos pela Covid-19 no Brasil e como eles estão relacionados à necropolítica e à seleção biológica da população baseada na raça já apresentada por Foucault. Por meio dos dados constantes no Boletim Epidemiológico do Coronavírus nº 16 disponibilizado pelo Ministério da Saúde, a maioria dos mortos pelo vírus são pessoas pretas e pardas. Estas, que em sua maioria são de baixa renda e de comunidades periféricas, são as apontadas como inimigos (fictícios) do governo e são excluídas de todas as políticas públicas do Estado.

Com isso, a pandemia confirmou que a necropolítica exercida no país já havia pré-definido quem era a raça que poderia morrer de forma generalizada. Desse modo, recorreu-se à reflexão sobre racismo de acordo com Achille Mbembe em que afirma que aquele pode ser muito pior do que um vírus, pois o racismo consome corpos e vidas que são geralmente destruídas sem qualquer motivo

aparente, apesar de serem tidas como verdadeiras “matérias primas”. Ele se dá silenciosamente por meio de suspeitas e imputações, falas discriminatórias nas quais tentam negar a humanidade dessas pessoas unicamente devido a sua cor de pele.

No contexto brasileiro, encontramos essas atitudes nos discursos do Presidente da República ao se referir a negros e quilombolas de forma pejorativa, sob a justificativa de que são apenas “piada e bom humor”. Assim, ele evidencia a tentativa de colocar essas pessoas sempre como inimigos do Estado e do povo, insinuando que são “selvagens” desprovidos de civilização. Logo, a única alternativa seria exterminar essas pessoas com a morte generalizada para, só assim, cessar a violência no país e restaurar a paz.

Ainda na presente sessão, usou-se da lógica de Ana Kiffer ao tratar as favelas brasileiras como verdadeiras heterotopias, onde as pessoas vivem de forma precária, sem acesso a tratamento de saúde adequado, servindo apenas como espaço de mortes e extermínios. Nesses lugares, o Estado nunca se interessou em criar políticas públicas e dar a devida atenção necessária, esquecendo que a maioria dos moradores é a massa trabalhadora dos grandes centros urbanos, em grande parte pobre e preta. Em vista disso, pôde-se concluir que a comunidade negra e periférica é a mais atingida no período de pandemia, pois não possuem acesso a qualquer assistência estatal, morrendo facilmente nos hospitais públicos e até mesmo dentro de casa, sendo a heterotopia mais uma justificativa para as estatísticas da maioria dos mortos pelo vírus no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Metropolis**. 2006. Sopro 26. 2010. Disponível em: <<http://culturaebarbarie.org/sopro/verbetes/metropolis.html>>. Acesso em: 01.09.2020.

BBC News. **Coronavírus: 'país de maricas' e outras 8 frases de Bolsonaro sobre pandemia que matou 162 mil pessoas no Brasil**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54902608>>. Acesso em 29 abr. 2020.

Brasil de Fato. **Dias antes da falta de oxigênio em Manaus bolsonaristas comemoraram fim de lockdown**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/15/dias-antes-da-falta-de-oxigenio-em-manaus-bolsonaristas-comemoraram-fim-de-lockdown>>. Acesso em 03 abr. 2020.

Brasil de Fato. **Quilombolas que foram alvo de Bolsonaro criticam arquivamento de processo de racismo**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/06/07/quilombolas-que-foram-alvo-de-bolsonaro-criticam-arquivamento-de-processo-de-racismo>>. Acesso em 03 abr. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Biografia de Jair Bolsonaro. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>>. Acesso em 03 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/boletins-epidemiologicos-1/numeros-anteriores>>. Acesso em 04 abr. 2020.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A prova política da pandemia**. Blog da Boitempo. São Paulo, 26 mar. 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/26/dardot-e-laval-a-prova-politica-da-pandemia/>> Acesso em: 09 nov. 2020.

FEDERECCI, S. **Capitalismo, reprodução e quarentena**. São Paulo, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www.editoraelefante.com.br/capitalismo-reproducao-e-quarentena/> Acesso em: 22 out. 2020

FOUCAULT, M. **Os anormais**: Curso no Collège France (1974-1975). Trad. Eduardo Bradão. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 2001.

G1, Globo. **'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre'**. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dailamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-porcoronavirus-no-brasil.ghtml>>. Acesso em 29 abr 2020.

KIFFER, A. **O Brasil é uma heterotopia**. 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/130>>. Acesso em 04 abr. 2020.

LATOURE, B; SCHULTZ, N. **"Reassembling the Geo-Social: a conversation", *Theory Culture & Society***. 2019.

LATOURE, B. **Imaginar gestos que barrem o retorno da produção anterior à crise**. Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, 07 abr. 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597852-imaginar-os-gestos-barreiras-contra-o-retorno-da-producao-anterior-a-crise-artigo-de-bruno-latour>>. Acesso em: 02 nov. 2020.

LAZZARATO, M. **É o capitalismo, estúpido!** N-1 edições. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.n-1edicoes.org/textos/49>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

MARTINS, R. **O vírus neoliberal no Brasil e a polêmica com Giorgio Agamben**. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/44019/pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 17 jan. 2021

MBEMBE, A. **O racismo anti-negro funciona da mesma maneira que um vírus. n-1**. 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/093>>. Acesso em: 04 abr 2020.

SAFATLE, V. **Bem-vindo ao estado suicidário**. N-1 Edições. São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://www.n-1edicoes.org/textos/23>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

Site oficial de Jair Bolsonaro. Disponível em: <<https://www.bolsonaro.com.br/>>. Acesso em 03.fev.2020.

VIRILIO, P. **El Estado suicida. In:_____ . La inseguridad del territorio.** Tradução Thierry Jean-Eric Iplicjian e Jorge Manuel Casas. Buenos Aires: La Marca, 1993.